



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Estudo de Caso Sobre as Estratégias de Resolução dos Non-Performing Loans na Irlanda, Espanha, Itália, Grécia e Portugal

Ana Sofia Freitas da Silva Pereira Ramos

Mestrado em Económica Monetária e Financeira

Orientador:

Doutor Ricardo Pereira Barradas, Professor Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Economia Política

Estudo de Caso Sobre as Estratégias de Resolução dos Non-Performing
Loans na Irlanda, Espanha, Itália, Grécia e Portugal

Ana Sofia Freitas da Silva Pereira Ramos

Mestrado em Económica Monetária e Financeira

Orientador:

Doutor Ricardo Pereira Barradas, Professor Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação só foi possível com a ajuda de algumas pessoas que foram essenciais na concretização deste sonho.

À minha família, ao meu marido, aos meus pais e ao meu irmão, pelo carinho, por acreditarem em mim, por sempre me apoiarem e, acima de tudo, pela compreensão de se verem privados da minha companhia e atenção.

Ao meu orientador, Professor Ricardo Barradas, pela imprescindível orientação e disponibilidade demonstrada, o que tornou possível a elaboração desta dissertação.

Por fim, uma palavra de agradecimento a todos os meus amigos e colegas pelo apoio e pela amizade.

Resumo

A escolha do tema sobre as estratégias de resolução dos *non-performing loans* na Irlanda, Espanha, Itália, Grécia e Portugal está relacionado com os efeitos negativos destes no sector bancário e na economia.

Tendo em consideração os seus efeitos negativos, a presente dissertação tem como objetivo analisar as medidas tomadas pelos bancos e pelos governos destes cinco países com vista à redução do rácio de *non-performing loans*. Para tal, foi conduzido um estudo de caso múltiplo, também suportado pela realização de entrevistas.

Os resultados obtidos mostram que as principais medidas tomadas para a resolução dos *non-performing loans* nestes países foram a criação de empresas de gestão de ativos, vendas de carteira, alteração do quadro jurídico referente à insolvência e reestruturação, reforma do sector bancário, fundo de recapitalização bancária e resolução de bancos sistémicos.

Abstract

The choice of the topic on strategies for resolving non-performing loans in Ireland, Spain, Italy, Greece and Portugal is related to their negative effects on the banking sector and the economy.

Having these negative effects from non-performing loans in consideration, the present dissertation goal is to analyze different measures taken by banks and governments to reduce the NPL ratio from these five countries. To this end, a multiple case study was conducted, which was also supported by interviews.

Based on the results obtained, it was determined that the main measures taken to solve non-performing loans were the creation of asset management companies, portfolio sales, changes to the legal framework regarding insolvency and restructuring, reforming the banking sector, bank recapitalization fund and resolution of systemic banks.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Capítulo 1. Introdução	1
Capítulo 2. Contextualização	3
Capítulo 3. Revisão de literatura	5
3.1. Conceito de NPL	5
3.2. Visão Global dos NPL.	6
3.3. NPL em Portugal	11
Capítulo 4. Metodologia	13
4.1. Estudo de Caso Múltiplo	13
4.2. Entrevistas	14
Capítulo 5. Estudo de Caso sobre as Estratégias de Resolução de NPL	16
5.1. Enquadramento	16
5.2. Estudo de Caso sobre as Estratégias de Resolução de NPL na Irlanda, Espanha, Itália, Grécia e Portugal	17
5.2.1. Irlanda	16
5.2.2. Espanha	20
5.2.3. Itália	23
5.2.4. Grécia	25
5.2.5. Portugal	27
5.2.6. Possíveis Soluções	33
Capítulo 6. Conclusão	36
Referências Bibliográficas	38
Anexos	41
Anexo I	41
Anexo II	43

Índice de Gráficos

Figura 1 – Rácio de NPL na União Europeia	4
Figura 1 – Evolução do Rácio de NPL na União Europeia	4
Figura 3 – Rácio de NPL na União Europeia em 2021	17
Figura 4 – Rácio de NPL na União Europeia em 2022	17
Figura 5 – Rácio de NPL na Irlanda de 2006 a 2021	20
Figura 6 – Rácio de NPL na Irlanda de 2013 a 2022	20
Figura 7 – Rácio de NPL na Espanha de 01-2006 a 06-2023	22
Figura 8 – Rácio de NPL na Itália de 06-2008 a 03-2023	25
Figura 9 – Rácio de NPL na Grécia de 2008 a 2022	27
Figura 10 – Rácio de NPL na Grécia de 2015 a 2022	27
Figura 11 – Rácio de NPL em Portugal de 01-2006 a 07-2023	30
Figura 12 – Evolução do Rácio de NPL na União Europeia 2015/2019	30

CAPÍTULO 1

Introdução

Os *non-performing loans* (NPL) têm sido objeto de estudo nos últimos anos por parte de muitos autores e investigadores, devido ao forte impacto que têm na economia, uma vez que estão altamente correlacionados com o desempenho dos bancos e com a sua possível falência.

Existem várias razões que levam os diferentes bancos a declarar falência, e sendo os NPL uma das medidas de qualidade de ativos das instituições financeiras, um valor elevado deste rácio é um desses motivos pois é uma ameaça à estabilidade financeira. Quando o valor dos NPL excede níveis aceitáveis, as instituições de crédito, ficam em risco, uma vez que os rendimentos diminuem e, conseqüentemente, há também uma diminuição da capacidade de concessão de novos empréstimos, tornando-se um ciclo constante. Por esse motivo, a sua redução deliberada e sustentável nos balanços dos bancos é benéfica para a economia, ao mesmo tempo, a recuperação da economia também é um importante facilitador da resolução dos níveis de NPL (BCE, 2017).

Esta questão é particularmente importante em períodos de crise financeira, em que as empresas e os particulares têm dificuldade em cumprir o serviço da sua dívida, o que tem impacto no sector bancário e no seu nível de imparidade. Num período em que os bancos se encontram altamente alavancados, um nível crescente de NPL pode reduzir a rendibilidade e a liquidez dos bancos, restringindo o fluxo de dinheiro na economia, dada a redução da sua capacidade de emprestar dinheiro. Alguns exemplos desta situação em Portugal foram a falência do Banco Espírito Santo em 2016 (atualmente Novo Banco) e do Banco Banif em 2018, em que os "ativos tóxicos" geraram um elevado nível de imparidade, dado o aumento exponencial dos incumprimentos.

O sucesso na resolução dos NPL não se deveu apenas à reforma da regulamentação da União Europeia, mas também de reformas nacionais de apoio.

De acordo com Rudman (2021), apesar da redução significativa dos rácios de NPL registada nos últimos 4 anos, especialmente em Espanha e na Irlanda, alguns bancos europeus ainda apresentam um elevado rácio de NPL.

Baudino e Yun (2017) mencionam que o sucesso das políticas de resolução variam de acordo com as características do país, com o rácio de NPL, as condições macroeconómicas e estruturais do sistema bancário, o tipo de ativos problemáticos que detêm nas suas carteiras e o enquadramento legal e jurídico.

Neste contexto, a presente investigação pretende identificar as medidas tomadas pelos governos e pelos bancos para a redução dos NPL na Irlanda, em Espanha, na Itália, na Grécia e em Portugal, através da realização de um estudo de caso múltiplo.

O principal objetivo deste trabalho é compreender as medidas que foram tomadas pelos governos e bancos para na resolução dos NPL, nos 5 países acima mencionados. Algumas reformas foram tratadas nos programas de ajustamento do Fundo Monetário Internacional/União Europeia, sendo que outras foram objeto de políticas nacionais.

Este tema é de extrema relevância por várias razões. Em primeiro lugar, serve como indicador da saúde dos bancos e da estabilidade financeira. Níveis elevados de NPL podem indicar problemas nos empréstimos e na gestão de risco dos bancos. Além disso, os NPL impactam na economia real, prejudicando a capacidade dos bancos de emprestar a empresas e particulares, o que afeta o investimento, produção e consumo.

Além disso, o estudo dos NPL é fundamental para governos, reguladores e instituições financeiras, ajudando-os a desenvolver políticas públicas que fortaleçam o sistema financeiro e evitem crises. Em suma, a análise dos NPL oferece *insights* valiosos sobre a dinâmica económica e é vital para a estabilidade e crescimento financeiro.

O estudo encontra-se organizado da seguinte forma: o capítulo 2 fornece uma breve contextualização sobre os NPL; no capítulo 3 procede-se a uma sistematização da revisão de literatura existente relativamente à visão geral de NPL e no caso de Portugal; a metodologia utilizada é apresentada no capítulo 4; o capítulo 5 procede a uma descrição do contexto e apresenta os principais resultados empíricos; e, finalmente, o capítulo 6 apresenta as conclusões.

Contextualização

A falência do Banco Lehman Brothers, em 2008, despoletou a maior crise financeira desde o *crash* de 1929, com consequências a nível global e com um grande impacto na credibilidade do sistema financeiro internacional.

A crise financeira de 2008 foi desencadeada por uma série de fatores interligados que afetaram significativamente os países e o sector financeiro e, por consequência, contribuíram para o aumento dos NPL a nível global.

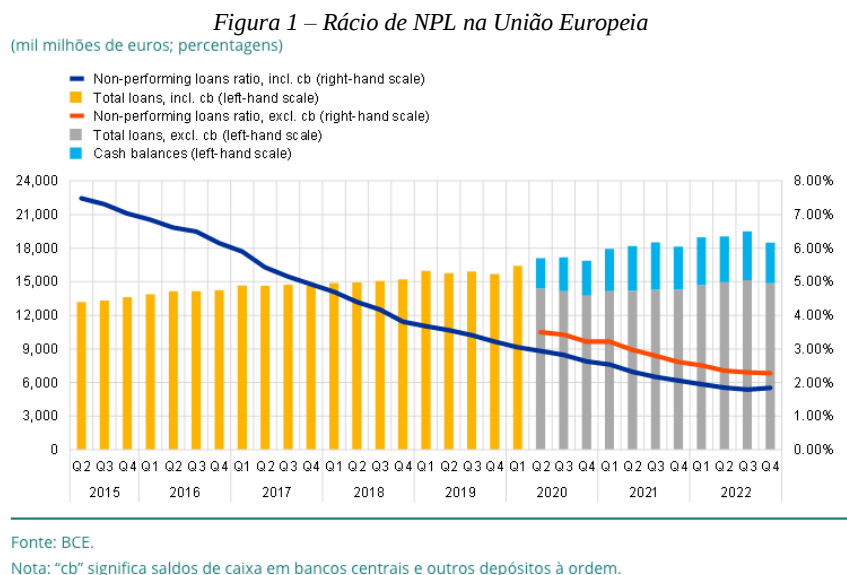
O epicentro da crise foi o mercado imobiliário dos Estados Unidos. Durante anos, houve uma bolha imobiliária nos EUA, com os preços dos imóveis a subir rapidamente. O mercado hipotecário dos EUA estava saturado de empréstimos hipotecários de alto risco, conhecidos como “*subprime*” que eram concedidos a mutuários com históricos de crédito fracos ou sem a capacidade de pagamento a longo prazo. Muitos desses empréstimos hipotecários foram securitizados, ou seja, agrupados em pacotes e vendidos a investidores de todo o mundo. Isso espalhou os riscos associados a esses empréstimos por todo o sistema financeiro global.

Grandes instituições financeiras, incluindo bancos de investimento e seguradoras, tinham efetuado grandes investimentos em produtos financeiros ligados a hipotecas *subprime*. Quando o mercado imobiliário desabou e os mutuários começaram a entrar em incumprimento, essas instituições enfrentaram perdas massivas. Mencionando Bholat *et al.* (2016), os maus empréstimos estão na origem de muitas crises bancárias.

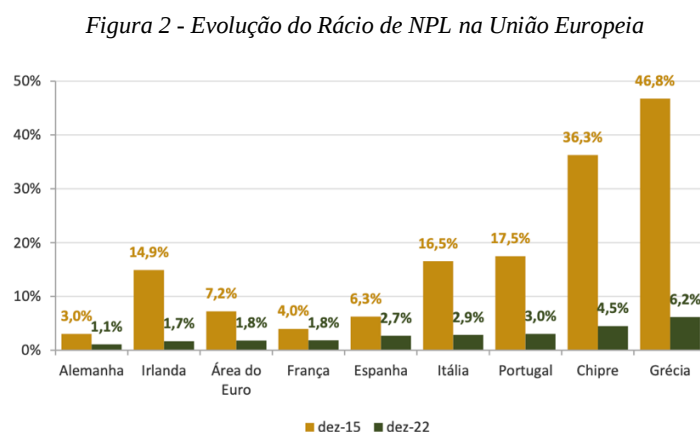
A crise dos EUA rapidamente se espalhou a outros mercados financeiros a nível global. Bancos de todos os países foram afetados por exposições a ativos tóxicos vinculados a empréstimos hipotecários *subprime*. O pânico instalou-se nos mercados financeiros, levando a uma falta de confiança entre os bancos. Os bancos tornaram-se relutantes em emprestar uns aos outros e a concessão de crédito diminuiu drasticamente.

Atualmente, os analistas consideram que foi um erro ter deixado cair o Banco Lehman Brothers. A partir daí, a confiança dos investidores, indispensável para qualquer mercado mobiliário, foi definitivamente afetada (Cordeiro 2018)

Entre os problemas legados pela crise financeira de 2008, figuraram elevados níveis de NPL que exerceram pressão sobre alguns bancos da União Europeia (Figura 1): no final de 2015, o rácio médio de NPL continuava elevado, situando-se acima dos 7%.



No quarto trimestre de 2022, o rácio de NPL na UE tinha descido para 1,8%, o que representa uma queda acentuada em relação a 2015 (Figura 1). A dispersão entre os Estados-Membros (embora ainda elevada) diminuiu consideravelmente (Figura 2).



A tendência decrescente deve-se, em parte, i) à redução dos NPL devido à melhoria das circunstâncias económicas, ii) a empréstimos ao abrigo de medidas públicas de apoio que chegam, ou estão prestes a chegar, ao seu termo e iii) a vendas e titularizações (isto é, transferências para novos proprietários) de NPL antigos (BCE, 2017). Poderão surgir novos NPL à medida que as medidas de apoio relacionadas com a COVID-19 chegam ao fim e que os desafios económicos decorrentes da guerra na Ucrânia se juntam à elevada inflação.

Revisão de Literatura

3.1. Conceito de NPL

Os NPL têm sido um tema de grande interesse para a literatura nas últimas décadas devido aos efeitos nefastos que têm sobre a solvabilidade dos bancos e, em última instância, da economia. Devido à crescente preocupação que este tipo de empréstimos tem dado às instituições de crédito, estes sofreram alterações na sua definição, principalmente após a crise financeira que se iniciou em 2008.

Segundo o BCE (2016) um empréstimo é classificado como NPL (crédito não produtivo) *“quando passaram mais de 90 dias sem que o mutuário/devedor tenha procedido ao pagamento das prestações acordadas ou dos juros. Os créditos não produtivos (NPL) são também chamados de “dívida de cobrança duvidosa”.*

O nível de NPL é importante para a economia, dado que tais empréstimos afetam a rentabilidade das instituições de crédito e absorvem recursos valiosos, restringindo a capacidade destas para conceder novos empréstimos e podem ter um impacto significativo na solidez das instituições de crédito (BCE, 2016).

De acordo com Tõniste (2017, citado no Conselho da União Europeia), *“os créditos não produtivos são um problema para o sector bancário para o qual até agora as soluções têm sido principalmente definidas a nível nacional. Temos que libertar estes recursos, tornar o nosso sistema financeiro mais resiliente e evitar o ressurgimento dos problemas dos NPL no futuro.*

Assim, o combate aos NPL tornou-se uma prioridade dos bancos e da UE.

3.2. Visão Global dos NPL

Os NPL são o legado da crise da dívida soberana europeia.

A deterioração da qualidade do crédito dos bancos é uma das principais causas da fragilidade do sistema financeiro, o que geralmente leva a crises. O nível de NPL afeta a eficiência bancária, que, por sua vez, afeta a estabilidade financeira e a economia real (BCE, 2017).

De acordo com BCE (2017), os NPL elevados reduzem os lucros dos bancos porque exigem provisões mais elevadas, levando a menores receitas de juros e maiores despesas associadas à sua monitorização.

Isto traduz-se numa contração de crédito às empresas e famílias, ou seja, à economia. Os níveis permanentemente elevados de NPL são um problema (BCE, 2017), na medida em que:

- São um entrave à rentabilidade dos bancos devido aos encargos administrativos e custos de financiamento mais elevados para os bancos.
- Constituem um risco para a viabilidade dos bancos com níveis elevados de NPL;
- Retêm capital para garantir ativos não produtivos, afetando assim a transmissão da política monetária e o financiamento da economia.

Gionnoccolo e Mansilla-Fernandez (2017) afirmam que a existência de um elevado nível de NPL reduz a rentabilidade dos bancos e aumenta os custos de financiamento, e que, em última instância, reduz a oferta de crédito, o que também traz consequências negativas para o crescimento económico.

Demertzis e Lehmann (2017) reconhecem que, desde 2009, os NPL são um dos principais entraves à recuperação do sector bancário e ao crescimento económico. Assumem também que os bancos que têm um *stock* de NPL elevado, por norma, reduzem a oferta de crédito para a economia.

Os altos índices de NPL nos balanços dos bancos têm um impacto grave no sistema financeiro, podendo no futuro restringir a alocação de recursos a empresas necessitadas (Caballero *et al.*, 2008), especialmente em momentos de dificuldades financeiras e

restrições de liquidez. Normalmente, um alto nível de NPL é um sinal de crédito inadequado (Azevedo *et al.*, 2018), que no caso de uma crise financeira, as empresas em dificuldades são ainda mais propensas a recorrer a empréstimos para permanecer nos negócios, embora as dificuldades possam tornar a empresa incapaz de fazer face à dívida contraída.

Durante uma crise financeira, os bancos têm uma certa dificuldade em identificar as boas e as más empresas, devido ao facto de muitas já se encontrarem altamente alavancadas e com dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros junto dos bancos. As empresas altamente alavancadas irão solicitar novos apoios financeiros, que possivelmente serão concedidos pelos bancos por forma a evitar o incumprimento. O que permitirá que as más empresas consigam prolongar a sua atividade, mas que poderá ter um impacto no custo do capital para as empresas boas, que, muito provavelmente, enfrentarão um *spread* mais elevado.

Accornero *et al.* (2017) concluíram que a crise de 2008 criou um problema que eles identificaram como “*legacy assets*”. Nesta situação, a diminuição na qualidade dos ativos (empréstimos) desencoraja empréstimos bancários, estrangulando o mercado e, portanto, aumentando a dificuldade de recuperação. Através da análise de dados entre empréstimos NPL e a oferta de crédito em Itália, entre 2008 e 2015, estes autores concluíram que a correlação entre eles é motivada principalmente pela procura/consumo, embora choques exógenos possam também ter impacto na oferta de crédito. Consequentemente, a adoção de uma política de liquidação dos NPL poderia ter um efeito adverso na economia, uma vez que, dependendo do nível de perdas, estas poderiam reduzir os índices de capital dos bancos e, consequentemente, reduzir a oferta de crédito.

Chiesa and Mansulla-Fernandez (2018) estudaram os efeitos dos NPL no custo de capital, empréstimos e fornecimento para os bancos da zona euro entre 2002 e 2016. Este período permite estudar dois prazos diferentes: i) 2002-2007, antes da crise financeira de 2008, onde a atividade de empréstimos dos bancos estava num alto nível de risco, e ii) 2008- 2016, durante a crise do *subprime*. Os dados analisados sugerem que os bancos com níveis mais elevados de NPL são vistos do ponto de vista do investidor como mais arriscados, portanto, eles exigem um maior retorno sobre o seu investimento, representando um custo de capital mais alto do que os seus pares com um nível mais baixo de NPL. Isso resulta em um acesso limitado ao património e, portanto, reduz seus empréstimos e liquidez.

Balgova *et al.* (2016) avaliaram o impacto económico da redução de NPL. Tendo por base o estudo efetuado, as medidas mais eficazes utilizadas pelos países para reduzir os NPL consistem numa combinação de fundos públicos e de mercados, por meio de resgates e de sociedades de gestão de ativos. Estudos indicam que essa combinação tem mais probabilidade de reduzir de 2 a 3 vezes o nível de *stock* de NPL do que uma abordagem individual por parte das sociedades de gestão de ativos ou dos resgates.

Cucinelli (2015) estudou a relação entre o comportamento de empréstimos NPL dos bancos italianos entre 2007 e 2013. A pesquisa tinha duas hipóteses: i) se um aumento no risco de crédito no período anterior leva a uma diminuição na oferta de crédito no período seguinte e ii) se o comportamento observado é diferente entre bancos comerciais e bancos cooperativos. Este estudo concluiu que o risco de crédito dos últimos anos teve um impacto no comportamento dos bancos, embora os resultados sugiram que não há comportamento distinguível entre bancos comerciais e cooperativos durante uma crise financeira, com ambos os tipos de bancos reduzindo os seus empréstimos devido ao ambiente de maior risco de crédito.

A hipótese do risco moral, apresentada por Berger e DeYoung (1997), sugere que os bancos com baixo capital respondem a incentivos de risco moral aumentando o risco da sua carteira de empréstimos, pelo que esta abordagem mais arriscada tende a resultar num maior *stock* de NPL. Esta relação é também sugerida por Salas e Saurina (2002), no seu estudo sobre empréstimos problemáticos em bancos comerciais e de poupança espanhóis entre 1985 e 1997, onde sugerem um efeito negativo do rácio de capital nos NPL. Isto representa um comportamento mais arriscado através de empréstimos excessivos, resultando eventualmente em perdas mais elevadas.

O risco moral está relacionado com o problema "*too big to fail*" na economia, em que estes bancos têm maior probabilidade de serem resgatados pelos governos e, por conseguinte, são incentivados a ter um comportamento mais arriscado. Giannocco e Mansilla-Fernandez (2017) sugeriram que os bancos resgatados podem ser vistos como instituições de maior risco pelos investidores, o que pode ter um impacto negativo na atividade de concessão de crédito. Além disso, esta perceção de bancos mais arriscados por parte de clientes e investidores também pode ter um efeito sobre os depósitos dos bancos, dado que, o risco de incumprimento dos bancos, é mais provável que os clientes reduzam os depósitos e exijam juros mais elevados (Berger *et al.*, 2013), aumentando ainda mais as restrições

financeiras dos bancos, a exposição a NPL e aumentando também o risco de incumprimento.

Giannoccolo e Mansilla-Fernandez (2017) analisaram a eficácia do resgate em Espanha entre 2010 e 2014. Os dados sugerem que os resgates com políticas de integração adequadas melhoraram a estabilidade do sector bancário espanhol. Como parte das políticas de integração, os bancos mais fortes absorveram os bancos menos fortes (os que não eram tão saudáveis), aumentando a concentração bancária.

Skarica (2013) analisou os NPL de 7 países da Europa Central (Bulgária, Croácia, Republica Checa, Hungria, Letónia, Roménia e Eslováquia), no período compreendido entre 2007 e 2012, tendo concluído que a inflação afeta negativamente os NPL. Mesmo que os Bancos Centrais destes países mantivessem a inflação baixa e controlada, por via dos mecanismos de estabilização e da política monetária, a taxa de juro tem um impacto positivo. Já o índice de mercado de ações afeta negativamente os NPL, e o produto interno bruto não é estatisticamente significativo para países de pequena capitalização bolsista.

Cerulli *et al.* (2017) analisaram 140 grandes bancos da UE, entre 2008 e 2016, para comparar e analisar os rácios de NPL destes bancos, face a um conjunto de variáveis macro e micro. Assim, os autores concluem que o rácio de NPL destes bancos são afetados pela ineficiência judicial, em países como a Austrália, Irlanda, Chipre, Grécia e Eslovénia, e evidenciam que houve um desempenho menos positivo no rácio relativamente a outros países da UE, devido à economia nesses países estar em crise e estagnada, e com taxas de juro elevadas.

Radoslaw e Krzysztof (2020) analisaram os principais determinantes do crédito em incumprimento em bancos da UE que tivessem elevados rácios de NPL. Os autores estudaram 7 países da UE (Portugal, Croácia, Bulgária, Itália, Islândia, Grécia, Chipre), durante os anos de 2011 a 2017. O estudo compreendeu a análise de 629 bancos, dos quais 164 comerciais e 465 cooperativos e especializados. Os autores concluíram que o PIB afeta negativamente o NPL, a taxa de desemprego afeta positivamente e a taxa de inflação não apresentou qualquer significância. Adicionalmente, referiram que os bancos de menor dimensão deveriam ter acompanhamento regulatório mais apertado por forma a controlar o incumprimento dos seus clientes. Os bancos com uma carteira de créditos mais diversificada apresentavam créditos de menor qualidade por não serem especializados.

Messai e Jouini (2013) estudaram as variáveis macro e microeconómicas que influenciavam os NPL, de 85 bancos situados em Itália, Grécia e Espanha, no período compreendido entre 2004 e 2008. Estes bancos enfrentaram graves problemas financeiros após a crise do *subprime* e elevados níveis de NPL. Os autores concluem que o PIB e a rentabilidade do ativo têm um efeito inverso ao NPL, e que a taxa de desemprego, as provisões de perdas de crédito e a taxa de juro influenciam positivamente.

Salas e Saurina (2002) estudaram o impacto do PIB no crescimento da dívida, alegando evidências de que, em períodos de crescimento do PIB, os mutuários tendem a ter rendimentos mais elevados e são capazes de cumprir as suas responsabilidades de dívida. Por outro lado, uma diminuição do PIB geralmente resulta em condições económicas mais severas e num aumento da taxa de desemprego, consequentemente, os mutuários enfrentarão restrições mais rígidas e uma capacidade cada vez menor de pagar a sua dívida.

Klein (2013) sugere que a relação entre os determinantes macroeconómicos e os elevados níveis de *stock* de NPL tendem a aumentar com variações positivas nos fatores macroeconómicos, como o desemprego, a inflação ou a depreciação da taxa de câmbio.

Essas descobertas são consistentes com o estudo do sistema bancário da zona do euro realizado por Makri *et al.* (2014). O estudo analisa o período entre 2000 e 2008, concluindo que existe uma forte causalidade de alguns fatores macroeconómicos (desemprego, PIB e dívida pública) e os NPL.

A influência das taxas de juro sobre os NPL também tem sido uma questão de estudo. De acordo com Rinaldi *et al.* (2006), existe uma relação positiva entre as taxas de juro e os NPL, sendo que um aumento na taxa de juro também determinará um aumento nos NPL. Esse efeito a curto prazo pode ser influenciado pela inflação, mas a longo prazo a inflação tende a estabilizar, e os efeitos no custo do empréstimo são refletidos pela taxa de juro real. Quando há um aumento das taxas de juro, os mutuários têm dificuldades em pagar as suas dívidas. Esta relação é visível principalmente em empréstimos com taxas de juro variáveis, pois os bancos tendem a atualizar as taxas de juro, o que provoca um aumento nas prestações a pagar pelos mutuários.

Bahrudin *et al.* (2018) também estudaram a relação entre a taxa de juro de empréstimos e o NPL. Este fator tem um efeito material e positivo na proporção de NPL, mas esse é um

fator que pode ser controlado pelas autoridades reguladoras locais, ao contrário de determinantes como a inflação ou as taxas de câmbio. Os autores concluíram que os bancos, por meio de uma diminuição na taxa de juro, poderiam melhorar a qualidade da concessão de crédito e reduzir o rácio de NPL. Sugerem que essa relação é assimétrica a curto prazo e simétrica a longo prazo. Esta conclusão é sustentada por evidências após a crise hipotecária do *subprime*, na qual o nível de incumprimento dos empréstimos foi extremamente alto, independentemente das taxas de juro dos bancos.

Espinoza e Prasad (2010), embora identifiquem que o aumento das taxas de juro aumenta o incumprimento dos mutuários, não encontraram evidência na sua amostra de que a relação entre as taxas de juro e os NPL fosse significativa.

3.3. NPL em Portugal

Portugal foi severamente atingido pela crise financeira de 2008, sendo um dos países com maior *stock* de NPL da Europa (Marques *et al.*, 2020). Em 2011 foi solicitado um pedido de resgate de 78 mil milhões de euros à União Europeia, ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. Desde então Portugal tem como objetivo reduzir o seu *stock* de NPL.

Marques *et al.* (2020) caracterizam o portfólio de NPL detido pelos bancos portugueses, constatando que é constituído principalmente por empréstimos corporativos, salientando que nos últimos anos verificou-se um aumento de NPL no crédito doméstico privado, originado pela crise do *subprime* de 2008 e pela deterioração da capacidade dos mutuários de pagar os empréstimos.

Pessanha (2017) menciona que o impacto que os NPL têm na rendibilidade e solvabilidade do sistema bancário pode contrair a oferta de crédito, embora refira que esta situação não se verifica concretamente em Portugal. Para além disso, o impacto negativo dos NPL no financiamento da economia constitui um impedimento do crescimento económico.

Azevedo *et al.* (2018) avaliaram a relação entre a afetação de crédito do sistema bancário e a produtividade das empresas, especificamente a alocação de crédito para diferentes níveis de produtividade. Os autores concluíram que entre 2008 e 2013 houve um aumento de empréstimos atribuídos a “empresas improdutivas”. Esse problema de má alocação de

crédito, particularmente nos setores da construção e imobiliários, aumenta a dificuldade de realocar empréstimos bancários para empresas mais produtivas e menos arriscadas. Esses fatores contribuíram para a adoção de uma abordagem diferente pelas pequenas e médias empresas portuguesas, privilegiando os capitais próprios e os empréstimos entre empresas (empréstimos de grupo) em vez de contrair novas dívidas bancárias.

Marques *et al.* (2020) estudaram o impacto dos NPL sobre a oferta de crédito na economia portuguesa entre 2009 e 2018, especificamente a relação entre empresas não financeiras sem empréstimos vencidos, usando dados da Central de Responsabilidades do Banco de Portugal. Concluíram que não existe forte evidência de que os rácios de NPL, numa perspetiva independente, tenham tido impacto nas restrições dos bancos à atividade de concessão de empréstimo a empresas. Evidências sugerem que isso é verdade para períodos de crise financeira, como 2009-2015, bem como num cenário pós-crise (2015-2018), independentemente da dimensão das empresas.

Metodologia

4.1. Estudo de Caso Múltiplo

A metodologia utilizada foi o estudo de caso múltiplo. Esta metodologia de pesquisa qualitativa oferece uma abordagem aprofundada e abrangente para a investigação e possui várias vantagens distintas.

Ao contrário dos métodos quantitativos que geralmente se concentram em dados numéricos e estatísticos, o estudo de caso múltiplo destaca-se pela capacidade de explorar contextos específicos e situações complexas.

Outra vantagem significativa é a flexibilidade metodológica, que permite a utilização de diversas técnicas, como a recolha de dados, entrevistas, análise de documentos, combinando diferentes fontes de informação para uma abrangente.

O estudo de caso múltiplo centrou-se em cinco países: Irlanda, Espanha, Itália, Grécia e Portugal, abarcando assim dois casos de sucesso (Irlanda e Espanha), um caso intermédio (Itália) e dois dos países com os rácios NPL mais elevados (Grécia e Portugal).

A Irlanda é frequentemente citada como um caso de sucesso na resolução dos NPL após a crise financeira de 2008. Criaram a NAMA para adquirir ativos tóxicos dos bancos e vendeu carteiras de NPL a investidores privados. Estas medidas levaram a uma redução significativa dos NPL, demonstrando uma resolução bem-sucedida do problema.

A Espanha também é frequentemente citada como um caso de sucesso na resolução dos NPL. O país adotou uma série de medidas e estratégias para abordar o problema dos NPL.

A Itália enfrentou desafios significativos com os NPL, no entanto, nos últimos anos, o país tem adotado várias estratégias para resolver o problema dos NPL, embora o processo tenha sido mais gradual em comparação com outros países europeus, como por exemplo a Irlanda e a Espanha.

A Grécia enfrentou desafios significativos em relação aos NPL. Embora a situação continue a evoluir à medida que novas estratégias são implementadas para lidar com o problema e apesar dos esforços, ainda enfrenta rácios elevados de NPL.

Embora Portugal tenha implementado estratégias eficazes para resolver os NPL, após a crise financeira, o país ainda enfrenta desafios consideráveis em relação a NPL. O país fez progressos notáveis em relação aos anos mais críticos da crise financeira. Contudo, os altos rácios de NPL ainda representam um obstáculo significativo para o sistema financeiro e a economia portuguesa como um todo.

4.2. Entrevistas

Neste estudo de caso múltiplo, optou-se também pela realização de entrevistas, atendendo a que em pesquisas qualitativas, pode ser difícil capturar o contexto e as nuances dos comportamentos e experiências humanas. O estudo de caso múltiplo supera essa limitação, fornecendo uma visão detalhada e contextualizada dos fenómenos estudados.

No que concerne às entrevistas utilizadas neste estudo, optou-se pelo envio das questões aos entrevistados.

As entrevistas foram efetuadas ao Diretor Central e Diretora Adjunta da Área de Recuperação de Crédito de uma conceituada instituição bancária portuguesa.

Os entrevistados foram contactados previamente, de forma a garantir a sua disponibilidade para participar no estudo, e de modo a explicar os motivos de terem sido escolhidos para serem entrevistados. Foram ainda referidos os objetivos gerais do estudo assim como a importância da sua participação no mesmo.

As entrevistas foram efetuadas de forma a melhor compreender o impacto do rácio de NPL em Portugal, que medidas estão a ser tomadas para a sua resolução e que impacto tem o aumento sucessivo das taxas de juro no do rácio NPL, numa perspetiva de gestores de uma instituição bancária nacional.

As questões colocadas foram as seguintes:

1. Apesar do rácio de NPL estar a diminuir na Zona Euro, Portugal continua a ser um dos países com o rácio mais elevado, como se explica estes valores e que estratégias estão a ser utilizadas?

2. Sendo as empresas quem mais contribui para o aumento do rácio de NPL, que medidas estão a ser tomadas?
3. Que impacto o aumento da taxa de juro, pode provocar no rácio de NPL?

As entrevistas encontram-se transcritas na íntegra no anexo I e II.

Estudo de Caso sobre as Estratégias de Resolução de NPL

5.1. Enquadramento

Em 2008, a Europa foi afetada por uma “paragem súbita” nos fluxos de capitais, um fenómeno bem conhecido dos decisores políticos dos mercados emergentes. Este fenómeno trouxe à luz do dia uma dívida insustentável do sector privado, o que rapidamente resultou na generalização de NPL.

O conseqüente aumento do incumprimento nos empréstimos e excesso de dívida privada afetou principalmente os países da periferia da zona euro que tinham recorrido a fluxos de dívida insustentáveis dentro da união monetária que sofria de desequilíbrios de crescimento. Os elevados NPL comprometeram a rendibilidade dos bancos e o crescimento do crédito (FMI 2015).

A incapacidade de resolver a dívida insustentável das empresas e das famílias prejudicou o crescimento em termos mais gerais, perpetuando, por sua vez, o incumprimento dos empréstimos (Caracea *et al.* 2025). Por conseguinte, na periferia da área do euro, a resolução de NPL emergiu rapidamente como um elemento central das políticas de recuperação dos bancos nacionais.

No entanto rapidamente se tornou evidente que os encargos excessivos com NPL em países individuais afetavam a estabilidade financeira em toda a área monetária devido às exposições transfronteiriças e às ligações estreitas entre os balanços soberanos e bancários (Conselho da União Europeia, 2017).

O Banco Central Europeu assumiu em 2014 o seu novo papel de supervisor dos maiores bancos da zona monetária, assim como a Europa adotou um plano de ação para a resolução de NPL, a fim de conter os riscos de dívida privada insustentável nos ativos bancários.

O sucesso na resolução dos NPL não se deveu apenas à reforma da regulamentação da UE e à supervisão da área do euro, mas dependeu também de reformas nacionais de apoio. Os principais domínios do quadro de resolução de crises continuaram a ser prerrogativa das

políticas nacionais, incluindo os quadros jurídicos para a insolvência e a reestruturação da dívida, os princípios de constituição de provisões e de avaliação de garantias, bem como as restrições à venda e recuperação de NPL por parte de terceiros responsáveis pela gestão dos empréstimos. Algumas reformas foram tratadas nos programas de ajustamento financeiro do FMI/UE com os países da área do euro, outras foram objeto de políticas nacionais divergentes.

Como se pode verificar nas Figuras 3 e 4, em 2022 e apesar da subida generalizada das taxas de juro, não se verificou uma deterioração da qualidade dos empréstimos, tendo o rácio de NPL diminuído na generalidade dos países.

Figura 3 - Rácio de NPL na UE em 2021

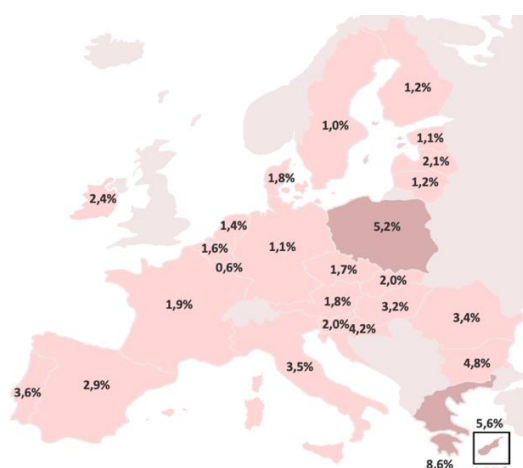
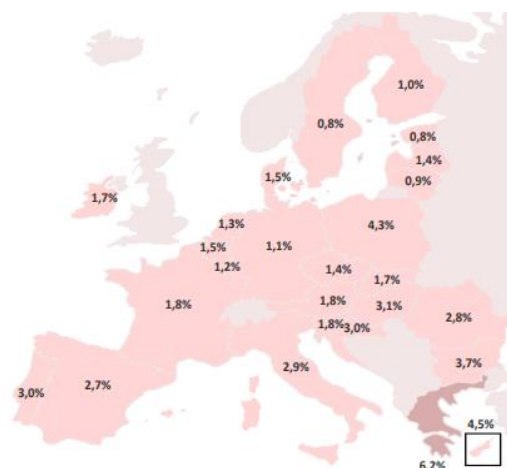


Figura 4 - Rácio de NPL na UE em 2022



Fonte: Banco Central Europeu - Consolidated Banking Data

5.2. Estudo de Caso Sobre as Estratégias de Resolução dos NPL na Irlanda, Espanha, Itália, Grécia e Portugal

A Comissão Europeia (2016) constatou que mais de metade dos 28 estados-membros da UE tinham tomado algumas medidas para reduzir os NPL. Estas centraram-se na venda de NPL, na criação de agências centrais de gestão de ativos, em regimes de titularização e na melhoria da capacidade dos bancos.

As iniciativas no domínio da gestão dos NPL fazem parte de um pacote mais vasto de medidas destinadas a reduzir o risco no sistema financeiro, que inclui também reformas jurídicas, judiciais e políticas micro e macro prudenciais.

Na Europa, os NPL atingiram o pico em 2015. Apesar da subida das taxas de juro, em 2022, não se verificou uma deterioração da qualidade dos empréstimos.

O estudo de caso sobre as estratégias nacionais de resolução dos NPL incidiram sobre cinco países da zona euro afetados por elevados níveis de NPL e com históricos de resolução mais prolongados, que são o caso da Grécia, Itália, Portugal, Espanha e Irlanda.

5.2.1. Irlanda

A Irlanda foi a primeira experiência de resolução de crises na União Monetária. A crise financeira de 2008 afetou profundamente a Irlanda, como muitos outros países. Para lidar com os desafios económicos e financeiros resultantes da crise, o governo irlandês implementou uma série de medidas e políticas.

Em 2008, anunciou uma garantia estatal de depósitos bancários para proteger os depositantes e evitar uma corrida aos bancos. O que ajudou a manter a estabilidade do sistema bancários, mas também expôs o governo a uma carga significativa de dívida.

Para estabilizar o sistema bancário, o governo recapitalizou os principais bancos irlandeses com injeções de capital público, o que ajudou os bancos a restaurar a solidez financeira (Banco Central da Irlanda).

Em 2009, foi criada a *National Asset Management Agency* (NAMA), em resposta à crise financeira e imobiliária que atingiu o país. A função principal da NAMA era adquirir ativos problemáticos, em particular empréstimos NPL e propriedades, de instituições financeiras irlandesas que estavam sob pressão financeira devido à crise imobiliária (www.nama.ie).

Alguns pontos-chave sobre a NAMA incluem:

- Aquisição de Ativos Tóxicos: a NAMA adquiriu uma vasta carteira de ativos problemáticos, principalmente empréstimos relacionados com o sector imobiliário, de

bancos irlandeses em dificuldades. O que ajudou a remover esses ativos dos balanços dos bancos e que melhorou a situação financeira dos bancos.

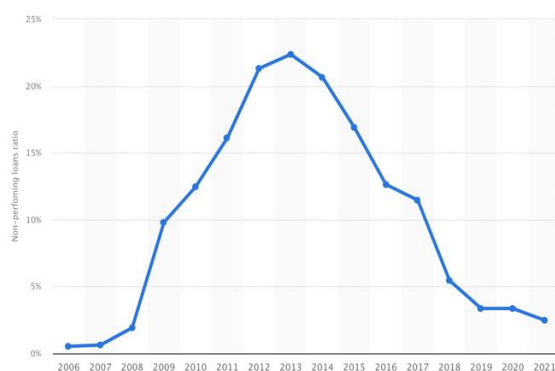
- Gestão de Ativos: é responsável por gerir, administrar e vender esses ativos com o objetivo de recuperar o máximo possível do valor investido;
- Participação do Governo: Embora a NAMA seja uma entidade independente, o governo irlandês tem uma participação significativa no seu capital e participa na gestão;
- Objetivo de Estabilização Financeira: a criação da NAMA tinha o objetivo de estabilizar o sistema financeiro irlandês e ajudar a restaurar a confiança no mercado financeiro após a crise;
- Data de Encerramento: inicialmente tinha um prazo limitado para concluir as suas atividades de resolução de ativos problemáticos. No entanto, em 2020, o governo irlandês anunciou que estenderia o prazo de existência da NAMA, dada a complexidade da resolução dos ativos.

A recuperação nos créditos hipotecários habitacionais foi muito mais lenta. As soluções de reestruturação só foram disponibilizadas muito mais tarde, e os objetivos de redução dos pagamentos em atraso estabelecidos pelo banco central basearam-se em soluções de reestruturação com valor questionável para os mutuários (Coffey, 2018).

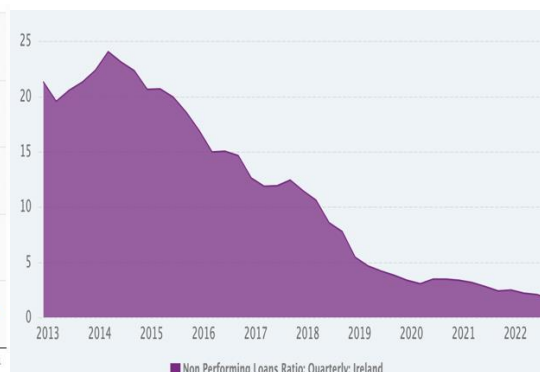
Ao longo dos anos, os bancos irlandeses têm trabalhado para reduzir as suas carteiras de NPL através de reestruturação de empréstimos, perdão de dívidas e venda de ativos. À medida que a economia irlandesa recuperou da crise financeira, o rácio de NPL diminuiu.

O rácio de NPL na Irlanda tem vindo a diminuir, tendo atingido o seu recorde em 2014 com 24,1%, sendo que atualmente situa-se nos 1,6%, a março de 2023 com uma diminuição de 0,9 pontos percentuais desde o ano anterior (Figuras 5 e 6).

Figura 5 – Rácio NPL Irlanda 2006 - 2021 Figura 6 – Rácio NPL Irlanda 2013 - 2022



Fonte: www.statista.com



Fonte: www.ceicdata.com

Os próximos 4 países demonstram a forma como as políticas nacionais apoiaram, ou não, as políticas financeiras comuns da área euro. A queda acentuada dos NPL da área euro são prova de que o esforço foi parcialmente bem-sucedido, com exceção dos problemas que ainda subsistem, nomeadamente na Grécia.

5.2.2. Espanha

Em Espanha a estratégia de resolução de crises foi orientada e apoiada de perto pelo FMI, a Comissão Europeia e o BCE. A combinação de análises exaustivas da qualidade dos ativos em 2012 e de uma reestruturação bancária abrangente conteve os custos de apoio ao capital próprio e à liquidez dos bancos suportados pelo governo e pôs fim à contração do crédito (Banco central de Espanha).

Os problemas no sector bancário espanhol resultaram, em grande medida, da má governação das caixas económicas (*cajas*). Estas instituições beneficiaram de um regime regulamentar mais permissivo, mas sofreram de uma gestão de risco deficiente e de uma cobertura de capital frequentemente reduzida e de qualidade questionável. O controlo por fundações locais e outras partes interessadas expôs estes bancos a interferências políticas e, em muitos casos, instalou-se uma cultura de tolerância (Garicano, 2012).

Os problemas de qualidade dos ativos concentraram-se no sector imobiliário comercial. O sector bancário espanhol beneficiou de uma assistência financeira para a recapitalização, obtida pelo governo espanhol junto do Mecanismo Europeu de Estabilidade.

A empresa de gestão de ativos de Espanha, SAREB – Sociedad de Gestión de Activos Procedentes de la Reestructuración Bancaria, foi criada em 2012, como parte da resposta do governo espanhol à crise financeira e ao colapso do sector imobiliário, continua a ser a maior da Europa.

A principal função da SAREB é adquirir os ativos problemáticos, especialmente empréstimos imobiliários e propriedades, dos bancos espanhóis em dificuldades. Esses ativos foram transferidos para a SAREB com o objetivo de limpar os balanços dos bancos (www.sareb.es).

Alguns pontos-chave sobre a SAREB incluem:

- Aquisição de Ativos Problemáticos: a SAREB adquiriu uma vasta carteira de ativos problemáticos, incluindo empréstimos NPL e propriedades, de várias instituições financeiras espanholas;
- Gestão de Ativos: é responsável por gerir, administrar e vender esses ativos para recuperar o máximo possível do valor investido;
- Papel na Estabilização Financeira: a criação da SAREB ajudou a estabilizar o sistema financeiro espanhol ao retirar os ativos problemáticos dos bancos, melhorando assim a saúde financeira das instituições bancárias;
- Participação do Governo: embora a SAREB seja uma entidade independente, o governo espanhol tem uma participação significativa no seu capital e está envolvido na sua gestão;
- Prazo de Existência: originalmente foi estabelecido um prazo de existência limitado para adquirir, gerir e vender os ativos problemáticos. O prazo inicial é de 15 anos, mas pode ser estendido.

A transferência de ativos imobiliários em dificuldade para SABER, era obrigatória para os bancos que recebiam injeções de capital público. Com horizonte de vida de 15 anos, a instituição pôde concentrar-se na avaliação e recuperação do sector imobiliário e está a proceder a desinvestimentos faseados à medida que o mercado imobiliário recupera.

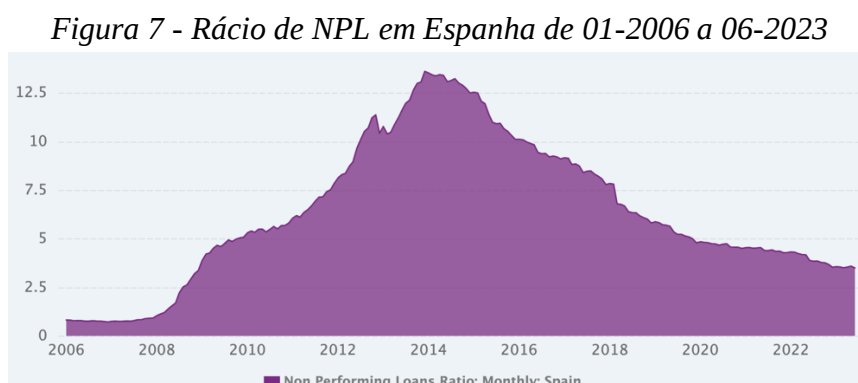
Desempenhou um papel fundamental na atração de investidores, tornando a Espanha num dos mercados de crédito malparado mais importante da Europa, com a SABER como principal fonte de oferta.

A resolução do rácio de NPL na Espanha foi também apoiada por uma série de medidas e estratégias implementadas por bancos, autoridades governamentais, nomeadamente:

- Alterações legislativas que facilitam a reestruturação da dívida tanto das empresas como das famílias, proporcionando um “novo começo” às pessoas anteriormente insolventes (FMI, 2015);
- Alterações à lei da insolvência, que parece ter sido eficaz na liquidação de empresas não viáveis (Comissão Europeia, 2019)
- Requisitos estabelecidos pelo Banco de Espanha para o reforço da divulgação de ativos em dificuldades por parte de bancos;
- Procedimentos de auditoria interna mais fortes para lidar com ativos depreciados.

Em 2018, o período de desalavancagem do sector bancário chegou ao fim. O crédito ao sector empresarial continuava a diminuir à medida que os NPL eram alienados, em especial nos sectores da construção e do imobiliário. Os indicadores de rendibilidade dos bancos estavam a melhorar, assim como os indicadores de disponibilidade de crédito. Esta situação contrastava fortemente com a situação no início de 2013, quando o crédito a empresas tinha diminuído a uma taxa anual de quase 8%. Uma parte significativa da dívida relacionada com imóveis em situação de incumprimento permanece na SAREB. Tendo em conta as perdas registadas nos últimos anos e a recuperação em curso dos preços dos imóveis, o último plano de atividades do SAREB previa um recuo das alienações no final da vida da instituição (Medina Cas e Peresa, 2016).

O rácio de NPL em Espanha atingiu o seu recorde em dezembro de 2013, com 13,6%, atualmente o rácio situa-se nos 3,5%, a junho de 2023 (Figura 7).



LAST	PREVIOUS	MIN	MAX	UNIT
▼ 3.5 Jun 2023	▲ 3.6 May 2023	0.3 Oct 1962	13.6 Dec 2013	%

Fonte: www.ceicdata.com

5.2.3. Itália

Em Itália, a resolução do problema dos NPL está intrinsecamente ligada à reforma complexa e há muito adiada do sistema bancário italiano, que exigirá a resolução do problema da rentabilidade cronicamente baixa e da fragmentação excessiva do sector. A reforma do sector bancário tem sido lenta e intermitente.

Ao contrário de outros países da área do euro, a Itália não registou um *boom* do crédito ou do imobiliário antes da crise. A dívida das famílias e a qualidade do crédito não eram excessivas. No entanto, o crescimento económico tinha sido fraco durante a permanência da Itália na União Económica e Monetária. Os NPL aumentaram rapidamente com a recessão de 2009 e com a subsequente recuperação muito fraca e nova recessão em 2020. Uma lei de insolvência complexa, obstáculos ao sistema fiscal e processos morosos no sistema judicial impediram uma recuperação liderada pelos bancos (BCE, 2017).

Em 2015, o governo adotou um pacote de medidas que reduziu a duração dos processos de insolvência, acelerou a dedutibilidade fiscal das provisões, reforçou a execução da dívida e reformou o sistema de justiça civil. Em 2016, foram também adotadas reformas para a execução extrajudicial através do exercício de garantias imobiliárias e outras medidas para aumentar a transparência dos processos de insolvência (Garrido *et al.*, 2016).

Em 2015, o governo italiano propôs, a criação de uma empresa de gestão de ativos com apoio público. No entanto, este regime não pôde ser acordado com a Comissão Europeia, uma vez que a aquisição de carteiras pela empresa de gestão de ativos, a avaliações superiores ao preço de mercado teria desencadeado procedimentos de auxílio estatal.

No início de 2016, foi acordado um regime alternativo, cada banco participante cria uma SPV que financia a aquisição da carteira através da emissão de obrigações em diferentes frações de risco.

Foi também criado em 2016 um fundo de recapitalização bancária – Fondo Atlante, financiado por vários bancos privados italianos, com uma participação minoritária de um fundo público, mas só surgiu após a pressão do Estado sobre os bancos. O Atlante deveria atuar não só como comprador de último recurso de ações dos bancos, mas também de *tranches* juniores de securitização de NPL. O fundo foi criticado por elevar o papel do Estado e aumentar o risco de contágio entre os principais bancos (Merler 2016).

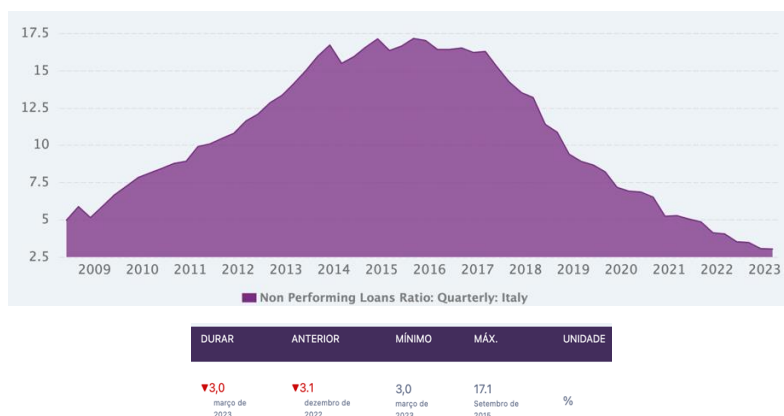
Alguns pontos-chave sobre o Fondo Atlante incluem (www.mef.gov.it):

- Criação. Foi criado em como uma iniciativa privada, liderada por várias instituições financeiras italianas e investidores privados, em resposta às preocupações sobre a saúde financeira dos bancos italianos;
- Objetivo: investir em instituições financeiras italianas e ajudá-las a enfrentar o problema dos NPL. Pretendia adquirir uma parte significativa dos NPL dos bancos e fornecer capital para apoiar a reestruturação e a recapitalização das instituições em dificuldades;
- Aquisição de Ativos Problemáticos: o fundo foi projetado para adquirir ativos problemáticos, incluindo empréstimos NPL, remover esses ativos dos balanços dos bancos e permitir que os bancos se concentrassem em empréstimos “saudáveis” e na atividade bancária;
- Participação Financeira: O Fondo Atlante contou com a participação de várias instituições financeira italianas e investidores privados que contribuíram com capital para o fundo;
- Papel na Estabilização do Sector Bancário: o fundo desempenhou um papel importante na estabilização do sector bancário italiano, ajudando os bancos a melhorar as suas posições financeiras e a reduzir o risco associado aos NPL.

A gestão dos financiamentos NPL continua a ser uma questão importante para as autoridades financeiras italianas e para os bancos.

O rácio de NPL em Itália situa-se em 3% em março de 2023, em comparação com o rácio de 3,1% do trimestre anterior. Em 2015 o rácio atingiu o valor mais elevado, tendo chegado a 17,1% (Figura 8).

Figura 8 - Rácio de NPL em Itália de 06-2008 a 03-2023



Fonte: www.ceicdata.com

5.2.4. Grécia

A Grécia continua a ser o país da zona euro mais afetado pela crise de incumprimento dos empréstimos bancários e pelo excesso de dívida subjacente. A crise na Grécia teve a sua origem numa crise orçamental que se estendeu ao sector financeiro. Embora a recessão tenha sido a principal causa do problema dos NPL, os problemas estruturais também agravaram claramente o incumprimento dos empréstimos. As preocupações com a solvência soberana surgiram em 2009 e levaram a um rápido levantamento de depósitos, à medida que o capital dos bancos se deteriorava (Banco Central da Grécia).

Em 2010, foi criado o Hellenic Financial Stability Fund (HFSF), sendo uma entidade criada pelo governo grego para ajudar a estabilizar o sistema bancário do país durante a crise financeira (www.hfsf.gr).

Alguns pontos-chave sobre o HFSF incluem:

- Criação: o HFSF foi criado em 2010 como parte das medidas de resposta à crise financeira que afetou a Grécia. Foi criado como uma entidade independente com o objetivo de recapitalizar os bancos gregos em dificuldades;
- Capitalização de Bancos: a principal função do HFSF era fornecer capital aos bancos gregos em dificuldades, ajudando-os a aumentar a sua solidez financeira e a cumprir os requisitos regulatórios de capital;

- Aquisição de Participações: o HFSF adquiriu participações acionistas significativas em vários bancos Gregos, o que lhe permitiu influenciar as operações de gestão;
- Gestão de Ativos Problemáticos: além de recapitalizar bancos, o HFSP também desempenhou um papel importante na gestão de ativos problemáticos, incluindo empréstimos NPL.
- Supervisão e Regulamentação: o HFSF estava sujeito à supervisão do banco da Grécia e a regulamentações específicas que visavam garantir a sua eficácia na estabilidade do sector bancário

O segundo programa de assistência financeira à Grécia envolveu um pacote de ajuda financeira combinado da União Europeia (UE), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Central Europeu (BCE) para ajudar a Grécia a enfrentar a crise económica e financeira que se começou a intensificar em 2010. O programa de resgate foi lançado em março de 2012, após o primeiro programa de resgate de 2010 não conseguir resolver os problemas económicos e fiscais do país.

O programa envolveu um pacote de ajuda financeira, que foi condicionada à implementação de uma série de reformas económicas e fiscais pela Grécia. Essas reformas visavam restaurar a estabilidade fiscal, melhorar a competitividade económica e reformar o sector público Grego.

Como parte do programa, a Grécia concordou em implementar cortes significativos nos gastos públicos e aumentar as receitas por meio de medidas fiscais, a fim de atingir as metas de défice orçamental estabelecidas no programa. Além da assistência financeira direta, o programa incluiu medidas para aliviar a dívida grega, incluindo a reestruturação da dívida soberana, um acordo de recompra de títulos e a extensão de prazos de pagamento. O programa de assistência estava sujeito a avaliações regulares por parte dos credores internacionais para garantir que a Grécia estava a cumprir as obrigações acordadas no programa.

Em 2017, a Grécia estava envolvida em esforços contínuos para lidar com o problema dos empréstimos NPL e aliviar a pressão sobre o seu sistema bancário. Vender os créditos NPL era uma parte importante da estratégia para reduzir os riscos financeiros e melhorar a estabilidade do sector grego.

No final de 2017, a Grécia registou as primeiras vendas significativas de NPL, muito mais tarde do que noutros países da zona euro. Uma das estratégias-chave adotadas foi a venda de portfólios de empréstimos NPL, uma estratégia usada pelos bancos e autoridades financeiras para reduzir o volume de ativos problemáticos nos balanços dos bancos e restaurar a saúde financeira do sector bancário.

As medidas de austeridade associadas ao programa de resgate tiveram um impacto significativo na economia e na sociedade grega, resultando numa recessão económica, desemprego elevado e protestos públicos. O segundo programa de resgate à Grécia terminou em agosto de 2018, com a Grécia a recuperar a sua soberania financeira, embora ainda com desafios económicos (Banco Central Europeu).

O rácio de NPL na Grécia situa-se em 2022 nos 6,53%, em comparação com o rácio de 9,16% do ano anterior. Em 2017, o rácio atingiu o valor mais elevado, tendo chegado a 45,57% (Figura 9 e 10).

Figura 9 - Rácio NPL Grécia de 2008 - 2022

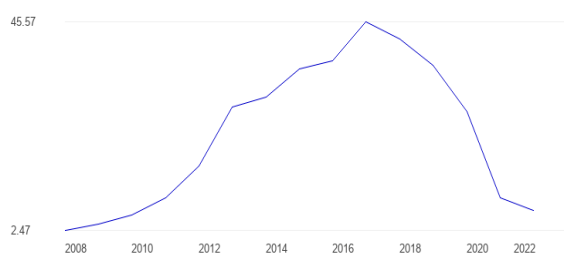
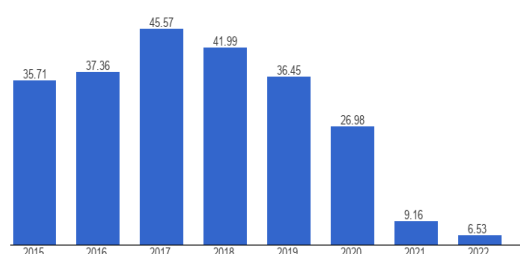


Figura 10 - Rácio NPL Grécia de 2015 - 2022



Fonte: www.theglobaleconomy.com

5.2.5. Portugal

Atualmente Portugal apresenta o terceiro rácio de NPL mais elevado as União Monetária. Ao contrário da Irlanda e de Espanha, Portugal não viveu um grande *boom* imobiliário. No entanto, ao contrário de outros países da periferia da zona euro, o período de baixo crescimento e de aumento da dívida do sector privado começou em 2000 e foi abrangente em todos os sectores, visto que expôs uma profunda falta de crescimento da produtividade muito antes da posterior crise da zona euro.

Apesar do rápido aumento do financiamento bancário externo na sequência da adesão à União Monetária, em 1999, as entradas de capital foram canalizadas para uma parte restrita da economia e financiaram em grande medida empresas improdutivas no sector dos serviços nacionais (Reis 2013).

Portugal registou, um aumento muito rápido da dívida do sector empresarial nos anos que antecederam a crise financeira de 2008-2009.

A resolução do problema do endividamento excessivo do sector privado foi um dos principais objetivos do programa do FMI/UE, no âmbito da *Troika*. As autoridades portuguesas reformaram a reestruturação judicial e extrajudicial da dívida das empresas e em 2014, foi lançado um plano estratégico para a reestruturação da dívida das empresas. As alterações ao código comercial promoveram a emissão de instrumentos do tipo ações, incentivando regimes de reestruturação privados em vez da liquidação de empresas sobre endividadas. Além disso, foi acrescentado um novo mecanismo de reestruturação da dívida ao código de falências, facilitando os procedimentos extrajudiciais. Os tribunais podem agora aplicar acordos extrajudiciais celebrados entre credores que representem a maioria dos créditos. Um mediador público facilita esses acordos extrajudiciais com micro e pequenas empresas, apoiado por uma plataforma eletrónica para reduzir a burocracia (Comissão Europeia, 2016).

Ainda assim, no final de período do programa (2011-2014), a avaliação do FMI concluiu que os progressos eram inadequados (FMI, 2014). A coordenação dos credores continuava a ser deficiente, o organismo governamental responsável pelos procedimentos extrajudiciais parecia ineficaz e os esquemas de reestruturação acordados não implicavam reduções de valor suficiente, tornando os mutuários propensos a recair no incumprimento. Faltava uma estratégia para os numerosos casos de PME.

Por estas razões, os NPL permaneceram muito elevados e o sector bancário continuou deficitário. O banco central, no seu papel de supervisor, não exerceu pressão suficiente para resolver o problema da tolerância nos empréstimos do sector privado em situações de incumprimento (Véron, 2016; FMI, 2014). A resolução de dois bancos sistémicos (Novo Banco e Banif) pouco depois da conclusão do programa do FMI sublinhou este resultado bastante fraco na restauração da saúde do sector bancário.

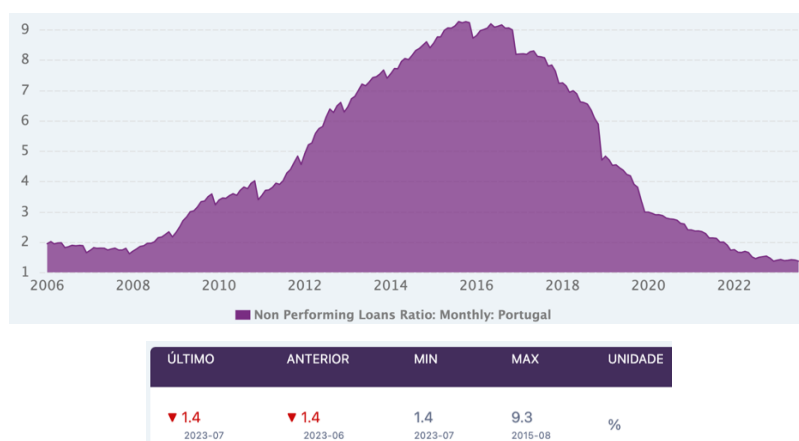
Uma estratégia abrangente para os NPL adotada pelo Banco de Portugal em 2017 refletiu as orientações do BCE (Banco de Portugal, 2017), que previam:

- Os bancos precisam de comunicar as imparidades e tipos de ativos específicos e em ativos com historial de imparidades mais longo;
- Haveria pedidos de informação mais intensos aos bancos com rácios de NPL acima de um determinado limiar, conduzindo a diagnósticos aprofundados dessas carteiras;
- Os objetivos de redução foram definidos por classe de ativos e horizonte temporal;
- A pressão de supervisão seria intensificada sobre os bancos para que desenvolvessem planos estratégicos e operacionais no âmbito da gestão interna.

Em 2018, os três maiores bancos (CGD, MBCP e NB) lançaram uma plataforma de coordenação privada com o objetivo de acelerar a reestruturação. A plataforma negocia soluções de reestruturação com mutuários em situação de incumprimento em nome dos mutuantes e está igualmente aberta à representação dos créditos de outros mutuantes. Pode também vender os créditos conjuntos a investidores. A plataforma tem como objetivo atrair fundos públicos e privados e oferece assistência técnica para reestruturar empresas em situação de endividamento, mas viáveis (Comissão Europeia, 2018). Entretanto em maio de 2020 a plataforma negocial foi encerrada devido ao insucesso das negociações. Em suma, o supervisor português começou a analisar os NPL e o excesso de alavancagem das empresas relativamente tarde, o apoio governamental surgiu apenas em 2016, quando o excesso de alavancagem das empresas estava a travar a recuperação que se estava a verificar noutras partes da Europa.

O rácio de NPL situa-se nos 1,4%, a julho de 2027, a evolução favorável do rácio de NPL foi explicada pela diminuição dos empréstimos não produtivos *unlikely to pay* e vencidos há mais de 90 dias. Sendo de salientar que o rácio atingiu o seu pico em agosto de 2015 com 9,3% (Figura 11).

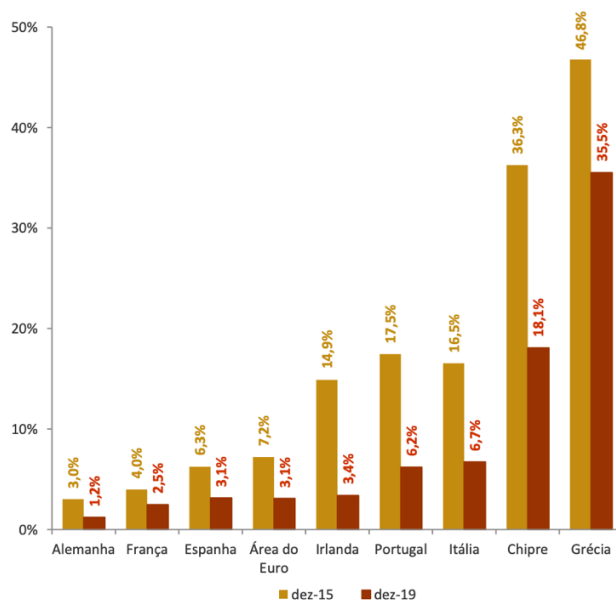
Figura 11 - Rácio de NPL em Portugal de 01-2006 a 07-2023



Fonte: www.ceicdata.com

No final de 2019, pouco antes da nova crise desencadeada pela pandemia de COVID-19, o rácio de NPL da UE tinha diminuído, com exceção da Grécia e de Portugal, que apresentavam valores superiores à generalidade dos países da área do euro. Os NPL diminuíram substancialmente na maioria dos países e que ainda continuam a apresentar, como se pode verificar na figura 12.

Figura 5 - Evolução do rácio de NPL na União Europeia 2015/2019



Fonte: Banco Central Europeu

Da análise efetuada às respostas obtidas às entrevistas realizadas, podemos constatar que o sector bancário em Portugal tem vindo a efetuar um esforço significativo para reduzir o rácio de NPL. Exemplo disso é o facto de este rácio ter passado de 18% em 2015, para 3,1% no primeiro trimestre de 2023.

Apesar deste esforço, a realidade é que este rácio ainda está acima da média da EU. De acordo com os entrevistados, isto em traços gerais fica-se a dever ao facto de entre outros fatores:

- À grave crise económica de 2000 e do início de 2010, que teve como consequência o declínio acentuado da atividade económica;
- Às práticas de concessão de empréstimos pouco rigorosas por parte do sistema bancário português, situação agravada por uma gestão de risco inadequada;
- À bolha imobiliária que se verificou em Portugal antes da crise, o que originou que muitos mutuários que contraíram empréstimos para investir no sector imobiliário, tivessem ficado expostos quando a mesma rebentou, dado que o valor dos imóveis caiu drasticamente;
- Aos elevados níveis de endividamento privado, situação que ficou exposta com a contração da economia pois deixou os mutuários com dificuldades em pagar os seus empréstimos;
- À lenta recuperação da economia portuguesa em comparação com outros países europeus, limitando assim a capacidade dos mutuários em gerar rendimentos suficientes, para fazer face aos seus empréstimos;
- À capacidade que alguns bancos europeus, nomeadamente os situados no norte da Europa, têm em realizar *write-offs* mais agressivos, quando têm dificuldades em recuperar financiamentos em incumprimento;

Isto apesar de esforço que tem vindo a ser efetuado quer pelo governo português, quer pelas autoridades financeiras, nomeadamente:

- Melhoria na regulamentação e supervisão do sector bancário;
- A promoção do crescimento económico;
- A venda de *portfólios* de crédito;
- A recuperação *in-house*;
- A assunção de *write-offs*;

- Dação de imóveis.

De um modo geral são as empresas quem mais contribuem para o aumento do rácio NPL, nesse sentido e de acordo com os entrevistados estão a ser implementadas uma combinação de práticas que visam minimizar este impacto, tais como:

- Práticas prudentes na concessão de empréstimos;
- Gestão mais eficaz dos riscos;
- Acompanhamento contínuo das empresas;
- Esforços pró-ativos de cobrança, comunicação regular com os mutuários e adoção de medidas céleres em caso de incumprimento;
- Implementação de procedimentos sólidos de avaliação de crédito, para melhor poder avaliar a solvabilidade dos mutuários;
- Revisão regular das carteiras de empréstimos;
- Diversificação das carteiras de empréstimos, reduzindo assim o impacto das recessões económicas e/ou dos riscos sectoriais;
- Capacitação das equipas envolvidas na avaliação do crédito, na gestão do risco e na recuperação dos empréstimos;
- Cumprimento de toda a legislação e regulamentação;
- Criação de sistemas de alerta precoce para verificar sinais de potencial incumprimento.

O recente aumento das taxas de juro poderá inverter a tendência de decréscimo do rácio de NPL nos bancos, pese o facto de que este impacto multifacetado e pode variar em função de condições económicas e financeiras específicas, sendo, portanto, essencial que todos os *stakeholders* (bancos, mutuários e entidades reguladoras) tomem medidas adequadas por forma a gerir os potenciais riscos decorrentes desta subida das taxas de juro. De acordo com os entrevistados, algumas medidas poderão ser:

- Ao reembolso dos empréstimos, pois as taxas de juro mais elevadas, têm como consequência o aumento do custo dos empréstimos;
- Às reestruturações e aos refinanciamentos dos empréstimos, pois os mutuários poderão ter mais dificuldade em refinanciar ou reestruturar os seus empréstimos;
- À possibilidade destes aumentos das taxas de juro virem a provocar novas recessões económicas, pois poderão levar a um abrandamento do crescimento económico;

- Às provisões que os bancos normalmente criam, para cobrir potenciais perdas, pois este aumento pode afetar a sua rentabilidade e a sua saúde financeira global.

Como tal, podemos concluir que o impacto que o aumento das taxas de juro pode provocar no rácio de NPL, mas que este pode ser atenuado pelo enquadramento macroeconómico atual, pois (de acordo com os entrevistados) este é favorável a diferentes níveis, tais como:

- Nível de emprego estável;
- Menor alavancagem das famílias e das empresas;
- Maior robustez da banca em termos de rácios e de capital;
- Estabilidade do valor do mercado imobiliário;
- Maior nível de poupanças decorrentes do período do Covid;
- Programas do estado para o apoio às prestações de arrendamento e/ou de empréstimo à habitação;
- Níveis de amortização do capital do empréstimo à habitação elevado no longo período de taxas de juro negativas;
- Maior prudência dos bancos na concessão de créditos.

5.2.6. Possíveis Soluções

Portugal, como muitos outros países, tem trabalhado na redução dos rácios de NPL ao longo dos anos. Melhorar o rácio de NPL requer uma abordagem abrangente que envolve várias partes interessadas, incluindo bancos, reguladores, governo e mutuários.

A reestruturação e a recapitalização do sector bancário permitiram amortizações e vendas de carteiras a preços de mercado. Estas reformas explicam os êxitos relativamente rápidos na Irlanda e Espanha, que criaram uma empresa de gestão de ativos. Em contrapartida, os atrasos na reestruturação dos bancos explicam a persistência de níveis elevados de NPL. A Itália atrasou durante muito tempo as reformas do governo, das sociedades e a consolidação do seu sector bancário, o que reduziu a disponibilidade dos bancos para amortizar e alienar ativos.

Os reguladores devem continuar a monitorizar de perto as concessões de crédito dos bancos e garantir que estes seguem padrões sólidos de gestão de risco.

Quando os bancos concedem empréstimos, expõem-se inevitavelmente ao risco de os mutuários não os conseguirem reembolsar. A finalidade da gestão do risco de crédito é limitá-lo mediante uma avaliação cuidadosa da capacidade de endividamento dos potenciais mutuários e a cobrança de juros suficientemente elevados para cobrir os riscos de incumprimento pelos mutuários. Quando se considere improvável que o mutuário proceda ao reembolso ou este tenha entrado em incumprimento por terem passado mais de 90 dias sem este ter liquidado as prestações acordadas, o empréstimo torna-se um NPL. As normas contabilísticas exigem que os bancos contabilizem provisões para NPL, pelo montante total em dívida do empréstimo deduzido dos eventuais pagamentos que possam, com base na experiência anterior obter: i) do mutuário em situação de incumprimento, ou ii) da cobrança da garantia (Tribunal Contas Europeu, 2023).

Grande parte do enquadramento dos NPL continua a ser prerrogativa nacional, em vez de estar sujeito a regulamentação a nível da UE ou à supervisão do BCE. Trata-se, fundamentalmente, do quadro jurídico para a insolvência e a reestruturação e do processo de venda de empréstimos. As vendas de NPL em Espanha aumentaram devido, entre outros fatores, à atividade da empresa de gestão de ativos e a um ambiente favorável para os gestores de empréstimos, na sequência da reestruturação bancária. Em contrapartida, o quadro ineficiente de reestruturação das empresas em Portugal e a proteção excessiva dos mutuários na Grécia explicam os atrasos nestes países, agravando os efeitos da insuficiência de capital no sector bancário.

Os bancos não dispõem de recursos suficientes para a recuperação interna e, normalmente estão mal equipados para interagir com os investidores num processo de venda de empréstimos. Os bancos não têm em conta os efeitos a nível económico do excesso de dívida e do incumprimento dos empréstimos, o que justifica claramente a necessidade de orientações de supervisão.

As vendas de NPL podem ser um importante mecanismo de alívio. Embora as orientações de supervisão possam estimular o lado da oferta, são necessárias reformas estruturais para facilitar a participação dos investidores.

As sociedades de gestão de ativos, prestam um apoio fundamental durante as crises sistêmicas em vários países, mas suscitam preocupações quanto aos auxílios estatais nas transferências de ativos.

O quadro jurídico da insolvência e da reestruturação da dívida é parte integrante de uma resolução sustentável dos NPL. A menos que o processo para lidar com o excesso de dívida seja eficiente e recupere o valor, os empréstimos reestruturados provavelmente voltarão a entrar em incumprimento.

CAPÍTULO 6

Conclusão

A reestruturação e a recapitalização do sector bancário permitiram amortizações e vendas de carteiras. Estas reformas explicam os êxitos na Irlanda e Espanha, que criaram agências centrais de gestão de ativos.

Em contrapartida, atrasos na reestruturação dos bancos explicam a persistência de NPL elevados. Itália atrasou durante muito tempo as do seu sector bancário, o que reduziu a disponibilidade dos bancos para alienar ativos em dificuldades.

As vendas de NPL em Espanha aumentaram devido à atividade da sua agência central de gestão de ativos e a um ambiente favorável para os gestores de empréstimos.

Em contrapartida, o quadro ineficiente de reestruturação das empresas em Portugal e a proteção excessiva dos mutuários domésticos na Grécia, explicam os atrasos nestes países.

Assim, podemos concluir as medidas tomadas para a redução de NPL centram-se, na venda de NPL, na criação de agências centrais de gestão de ativos (Irlanda e Espanha), em regimes de titularização (Itália) e na melhoria da capacidade dos bancos.

As iniciativas de gestão de NPL fazem parte das medidas destinadas a reduzir o risco no sistema financeiro, que inclui reformas jurídicas, judiciais e políticas.

A evolução do stock de NPL está parcialmente sob o controlo dos decisores políticos nacionais. Os fatores macroeconómicos e o mercado financeiro desempenham também um papel fundamental.

A principal limitação relacionada com este estudo foi a dificuldade na concessão de entrevistas. Na verdade, só foi possível a entrevista a dois diretores centrais de uma instituição financeira, em Portugal. As outras limitações foram a não utilização de dados do banco devido ao sigilo bancário e à impossibilidade de revelar o nome dos entrevistados e do banco.

O tema dos NPL é grande interesse e discussão nos dias de hoje, particularmente com o impacto do aumento das taxas de juro. Como tópico de investigação adicional, poderia ser realizado um trabalho sobre os impactos do aumento das taxas de juro no stock e no rácio de NPL, mas também sobre os resultados das medidas tomadas para os evitar, especificamente para avaliar o sucesso destas ações em evitar o incumprimento de empresas ou indivíduos.

Referências Bibliográficas

- Accornero, M., alessandri, P., Carpinelli, L. and Sorrentino, A.M. (2017). *Non-performing loans and the supply of bank credit: evidence from Italy*.
- Azevedo, N., Mateus, M. and Pina, A. (2018). *Bank credit allocation and productivity: stylized facts for Portugal* Working Paper, Banco de Portugal.
- Bahrudin, Wan Athirah & Masih, Mansur, (2018). *Is the relation between lending interest rate and non-performing loans symmetric or asymmetric? Evidence from ARDL and NARDL*.
- Balgova, M., Nies, M. &Plekhanov, A. (2016). *The economic impact of reducing non-performing loans*.
- Banco de Portugal, 2017. *Financial Stability Report*.
- Baudino, P. e Yun, H., 2017. *Resolution of non-performing loans – policy options*.
- Berger, A.N., Bouwman, C.H.S., (2013). *How does capital affect bank performing during financial crises?.*
- Bholat, D., Lastra, R., Markose, S., Miglionico, A., Sen, K. (2016). *Non-performing loans: regulatory and accounting treatments of assets*, Bank of England.
- Caballero, Hoshi and Kashyap (2008). *Zombie lending and depressed restructuring in Japan*, American Economic Review.
- Caracea, M., D. Cipriano, C. Cuerpo, D. Lorenzani, and P. Pontuch, 2015. *The Economic Impact of Rescue and Recovery Frameworks in EU*.
- Cerulli, Giovanni., D’Apice, Vincenzo., Fiordelisi, Franco e Masala, Francesco (2017). *Non-performing loans in Europe: The role of systematic and idiosyncratic factors*.
- Chiesa, G. and Mansilla-Fernández, J.M. (2018). *Non-performing loans, cost of capital, and lending supply: lessons from the Eurozone Banking Crisis*.
- Coffey, S., 2018. *Non-performing Loans in Ireland*.

- Council of the European Union (EU), 2017. *Report of the FSC Subgroup on Non-performing Loans*.
- Cucinelli, D. (2015). *The impact of Non-performing loans and bank lending behavior: Evidence from the Italian banking sector*.
- Demertizis, M., & Lehmann, A. (2017). *Tackling Europe's crisis legacy: a comprehensive strategy for bad loans and debt restructuring*.
- Espinoza, A. and Prasad, A. (2010). *Non-performing loans in the GCC banking system and their macroeconomic effects*.
- European Central Bank (BCE), 2017. *Guidance to Banks on Non-performing Loans*.
- European Central Bank (BCE), 2017. *Stocktake of National Supervisory Practices and Legal Frameworks Related to NPLs*.
- European Central Bank (BCE), 2017. *Financial Stability Review*.
- EU Commission, 2016. *Country Report Portugal 2016*.
- EU Commission, European Central Bank (ECB), and Single Resolution Board (SRB), 2018. *Monitoring Report on Risk Reduction Indicators*.
- Garicano, L., 2012. *Five Lessons from the Spanish Cajas Debacle for a New Euro-Wide Supervisor*.
- Garrido, J., E. Koop, and A. Weber, 2016. *Cleaning up Bank Balance Sheets*.
- Giannoccolo, Pierpaolo and Mansilla-Fernandez, José Manuel, 2017. *Bank restructuring, competition, and lending supply: evidence from the Spanish Banking Sector*.
- International Monetary Fund (IMF), 2014. *Portugal Eleventh Review under the Extended Arrangement*.
- International Monetary Fund (IMF), 2015. *A Strategy for Resolving Europe's Problem Loans*.
- Makri, Vasiliki & Tsaganos, Athanasios & Bellas, Athanasios, (2014). *Determinants of Non-performing loans: The case of Eurozone*.

- Marques, Martinho & Silva, (2020). *Non-performing loans and bank lending: Evidence for Portugal*.
- Medina Cas, S. and I. Peresa, 2016. *What Makes A Good ‘Bad Bank’? The Irish, Spanish and Germany Experience*.
- Menezes Cordeiro, António (2018). *Direito Bancário*.
- Merler, S., 2016. *Italy’s Atlas Bank Bailout Fund: The Shareholder of Last Resort*.
- Messai, Ahlem., Jouinic, Fathi (2013). *Micro and Macro determinants of Non-performing Loans*.
- Pessanha, José, (2017). *Non-performing loans e o financiamento da economia Portuguesa*.
- Radoslaw, Ciukaj & Krzysztof, Kil (2020). *Determinants of the non-performing loan ratio in European Union banking sectors with a high level of impaired loans*.
- Reis, R., 2013. *The Portuguese Slump and Crash and the Euro Crisis*.
- Rinaldi, Laura and Sanchis-Arellano, Alicia (2006). *Household debt sustainability: What explains household Non-performing loans? An empirical analysis*.
- Salas, Vicente and Saurina, Jesús, (2002). *Credit risk in two institutional regimes: Spanish commercial and savings banks*.
- Skarica, Bruna (2013). *Determinants of non-performing loans in Central and Eastern European countries*.
- Véron, N., 2016. *The IMF’s Role in the Euro Area Crisis: Financial Sector Aspects*.

Anexos

Anexo I

Entrevista Diretor Central de Área de Recuperação de Crédito

Apesar do rácio de NPL estar a diminuir na Zona Euro, Portugal continua a ser um dos países com o rácio mais elevado, como se explica estes valores e que estratégias estão a ser utilizadas?

Os bancos que operam no mercado português fizeram um esforço muito significativo para a redução do seu nível de NPLs. Importa referir que, de acordo com os dados do Banco de Portugal, no último trimestre de 2015 o rácio de NPLs na banca portuguesa era de cerca de 18% estando agora (primeiro trimestre de 2023) em níveis de 3,1%. Apesar de todo este esforço é verdade que ainda estamos acima da média europeia. Penso que a principal razão prende-se com a capacidade que alguns bancos europeus, principalmente os bancos nórdicos, têm de realizar write-offs mais agressivos quando as operações de crédito começam a correr mal. Têm um nível de capital que lhes permite suportar essa estratégia eventualmente mais agressiva. Acresce o mercado de venda de portfólio de créditos NPL que esteve muito ativo em toda a europa nos últimos 6/7 anos. As principais estratégias que estão a ser utilizadas para reduzir o nível de NPLs têm sido a venda de portfólios de créditos, a recuperação in-house, a assumpção de write-offs e sempre que faz sentido a opção pelas dações de imóveis.

Sendo as empresas quem mais contribui para o aumento do rácio de NPL, que medidas estão a ser tomadas?

As principais medidas que estão a ser tomadas são as que já vinham a ser tomadas, ou seja, vendas de créditos, reestruturações financeiras, write-offs quando a evidência de que não se vai receber existe, execução e venda de colaterais, vendas de empresas a investidores que assumem a dívida com outro perfil de risco e dações em pagamento.

Existiram muitas reestruturações financeiras que foram feitas nos últimos anos e que só agora estão a curar o que também vai contribuir positivamente para o rácio.

Que impacto o aumento da taxa de juro, pode provocar no rácio de NPL?

Naturalmente que a recente subida dos níveis de taxa de juro poderá inverter a tendência de decréscimo do rácio de NPLs dos bancos. No entanto, este novo enquadramento macroeconómico apesar de todas as pressões inflacionistas não é comparável com aquele que vivemos na última crise. Principais diferenças: nível de emprego estável, menor alavancagem das famílias e empresas, maior robustez da banca nacional em termos de rácios de capital, estabilidade do valor do mercado imobiliário, maiores níveis de poupança acumulados no período do Covid, programas do estado para apoio às prestações de arrendamento e ou de empréstimo à habitação, níveis de amortização do capital do empréstimo à habitação elevados no longo período de taxas de juro negativas, maior prudência dos bancos na concessão de crédito nos últimos anos com níveis de LTV mais confortáveis, etc. No entanto, apesar de todos estes fatores, se o nível de taxas de juro continuar nesta trajetória ascendente (em 2008 as Euribor atingiram cerca de 5,5%) naturalmente que poderemos assistir a um aumento dos níveis de incumprimento e consequentemente no nível de NPLs mas seguramente nunca para níveis semelhantes aos que se registaram no passado.

Anexo II

Entrevista Diretora Adjunta de Área de Recuperação de Crédito

Apesar do rácio de NPL estar a diminuir na Zona Euro, Portugal continua a ser um dos países com o rácio mais elevado, como se explica estes valores e que estratégias estão a ser utilizadas?

Portugal regista um elevado número de créditos não produtivos por várias razões:

- 1. Recessão económica: Portugal atravessou uma grave crise económica no final da década de 2000 e no início da década de 2010, que resultou num declínio acentuado da atividade económica. Esta situação levou a uma diminuição das receitas das empresas e do emprego, tornando difícil para os mutuários reembolsar os seus empréstimos.*
- 2. Sector financeiro fraco: Antes da crise, o sistema bancário português tinha práticas de empréstimo pouco rigorosas e uma gestão de risco inadequada. Os bancos concediam empréstimos sem uma avaliação adequada da solvabilidade dos mutuários, o que levou a um elevado número de empréstimos de mau desempenho quando a economia se deteriorou.*
- 3. Bolha imobiliária: Portugal registou uma bolha imobiliária significativa antes da crise, com os preços dos imóveis a disparar. Muitos mutuários contraíram empréstimos para investir no sector imobiliário, esperando que os preços continuassem a subir. No entanto, quando a bolha rebentou, os valores dos imóveis caíram a pique, levando a um aumento do crédito malparado.*
- 4. Elevados níveis de endividamento privado: Antes da crise, as famílias e as empresas portuguesas acumulavam elevados níveis de endividamento. Quando a economia se contraiu, muitos mutuários tiveram dificuldades em pagar os seus empréstimos, o que resultou num elevado número de empréstimos de cobrança duvidosa.*
- 5. Recuperação económica lenta: Apesar de algumas melhorias, a recuperação económica de Portugal tem sido lenta em comparação com outros países europeus. Este facto limitou a capacidade dos mutuários para gerar rendimentos suficientes para reembolsar os seus empréstimos, contribuindo para os níveis persistentemente elevados de crédito malparado.*

Para resolver esta questão, o Governo português e as autoridades financeiras implementaram várias medidas, entre outras (i) a melhoria da regulamentação e da supervisão do sector bancário e (ii) a promoção do crescimento económico, a fim de aumentar a capacidade dos mutuários para reembolsar as suas dívidas.

Sendo as empresas quem mais contribui para o aumento do rácio de NPL, que medidas estão a ser tomadas?

De um modo geral, uma combinação de práticas prudentes de concessão de empréstimos, de uma gestão eficaz dos riscos, de esforços proactivos de cobrança e de um acompanhamento contínuo pode ajudar as empresas a reduzir o seu rácio de crédito malparado:

- 1. Reforço dos processos de avaliação de crédito: Implementar procedimentos sólidos de avaliação de crédito para avaliar a solvabilidade dos mutuários antes de concederem empréstimos. Isto inclui a realização de verificações completas dos antecedentes, a avaliação das demonstrações financeiras, a análise das projeções de fluxos de caixa e a consideração dos valores das garantias.*
- 2. Implementação de práticas eficazes de gestão de riscos: revisão regular das carteiras de empréstimos e a adoção de medidas atempadas para atenuar os riscos.*
- 3. Reforçar os esforços de cobrança e recuperação: devem existir processos de cobrança e recuperação eficientes e proactivos para minimizar os incumprimentos. Este processo inclui a manutenção de uma comunicação regular com os mutuários e a adoção de medidas imediatas em caso de incumprimento.*
- 4. Diversificar as carteiras de empréstimos: devem ser evitados a concentração excessiva de empréstimos em sectores ou indústrias específicas. Ao diversificarem as suas carteiras de empréstimos, os bancos podem reduzir o impacto das recessões económicas ou dos riscos sectoriais no seu rácio de NPL.*
- 5. Fornecer formação adequada às equipas para melhorar as competências e os conhecimentos dos seus empregados envolvidos na avaliação do crédito, na gestão do risco e na recuperação de empréstimos.*
- 6. A legislação e a regulamentação que regem as práticas de concessão de crédito devem ser cumpridas.*

7. *Criação de sistemas de alerta precoce para identificar sinais de potencial incumprimento. Estes sistemas podem ajudar as empresas a tomar medidas proactivas para evitar que os empréstimos se transformem em ativos não produtivos.*

Que impacto o aumento da taxa de juro, pode provocar no rácio de NPL?

De um modo geral, o impacto das taxas de juro nos NPL é multifacetado e pode variar em função das condições económicas e financeiras específicas. É assim essencial que os bancos, os mutuários e as entidades reguladoras acompanhem de perto os movimentos das taxas de juro e tomem medidas adequadas para gerir os riscos potenciais associados aos NPL.

1. *O impacto das taxas de juro nos créditos não produtivos (NPL) pode ser significativo, nomeadamente e entre outras*
2. *Nos reembolsos dos empréstimos: as taxas de juro mais elevadas aumentam o custo dos empréstimos, sendo consequentemente mais difícil que os mutuários cumpram as suas obrigações de reembolso podendo deixar de efetuar pagamentos atempados ou mesmo deixarem de pagar*
3. *Nas reestruturações e nos refinanciamentos dos empréstimos: quando as taxas de juro sobem, os mutuários podem ter mais dificuldade em refinarçar ou reestruturar os seus empréstimos tendo em consideração que o maior esforço do serviço da dívida para a componente de juros pode não deixar margem para amortizar capital. Tal potencia entradas dos empréstimos em incumprimento pela dificuldade em conseguirem negociar condições mais favoráveis.*
4. *Podem provocar recessões económicas: as subidas das taxas de juro são frequentemente implementadas pelos bancos centrais para travar a inflação ou controlar a economia. No entanto, taxas de juro mais elevadas podem também abrandar o crescimento económico (por via da redução da procura) e nestes casos, as empresas podem enfrentar dificuldades financeiras, por não conseguirem escoar os seus produtos. Cria-se um ciclo negativo, que conduz a um aumento dos NPL.*
5. *Os bancos constituem normalmente provisões para cobrir potenciais perdas decorrentes de NPL. Quando as taxas de juro sobem e os NPL aumentam, os bancos*

podem ter de aumentar as suas provisões, afetando a sua rentabilidade e a sua saúde financeira global. Rácios mais elevados de NPL podem fazer com os bancos centrais exigem que os bancos reforcem as suas reservas de capital. Tal pode colocar uma pressão financeira adicional sobre os bancos e afetar potencialmente a sua capacidade de concessão de crédito.